

XVI INSIGHTS

MANIFESTO

Atrium Finance: Infraestrutura Financeira Aplicada à Saúde Suplementar

Uma visão institucional da XVI Capital



XVI Insights | Publicação 10

Atrium Finance: infraestrutura financeira aplicada à saúde suplementar

Da tese à implementação: como conectar operadoras, prestadores, ERPs, duplicata escritural, FIDCs e mercado de capitais.

Publicação institucional | XVI Capital | Agosto de 2026

XVI Insights | Publicação 10 - Atrium Finance: infraestrutura financeira aplicada à saúde suplementar



“

A próxima fase da infraestrutura financeira da saúde suplementar será menos sobre crédito isolado e mais sobre ecossistemas integrados.

”

Esta publicação fecha a primeira temporada da série XVI Insights, conectando as teses anteriores a uma proposta prática de infraestrutura financeira para a saúde suplementar.

1. Da tese à execução

As publicações anteriores desta série construíram uma tese: a saúde suplementar brasileira não passa apenas por uma transformação assistencial, regulatória ou tecnológica. Ela passa também por uma transformação financeira.

O avanço da duplicata escritural, a evolução dos FIDCs, a integração de ERPs, o amadurecimento das registradoras, o PIX, o Open Finance e o futuro boleto dinâmico criam uma nova base para organizar direitos creditórios, pagamentos, liquidação e funding. Esse movimento ganhou ainda mais relevância com o lançamento, pelo Banco Central, do ecossistema de duplicatas escriturais, tratado pela imprensa como uma infraestrutura com potencial para ampliar a concorrência e reduzir custos no mercado de antecipação de vendas a prazo.

A questão central para a saúde suplementar é prática: como transformar essa evolução em uma solução real para operadoras, cooperativas médicas, hospitais, clínicas, laboratórios e prestadores de serviços?

A resposta passa pela construção de uma camada de infraestrutura financeira setorial. O Atrium Finance foi pensado justamente nesse contexto: conectar relação assistencial, dados, recebíveis, fonte pagadora, tecnologia, mercado de capitais e governança em um fluxo operacional viável.

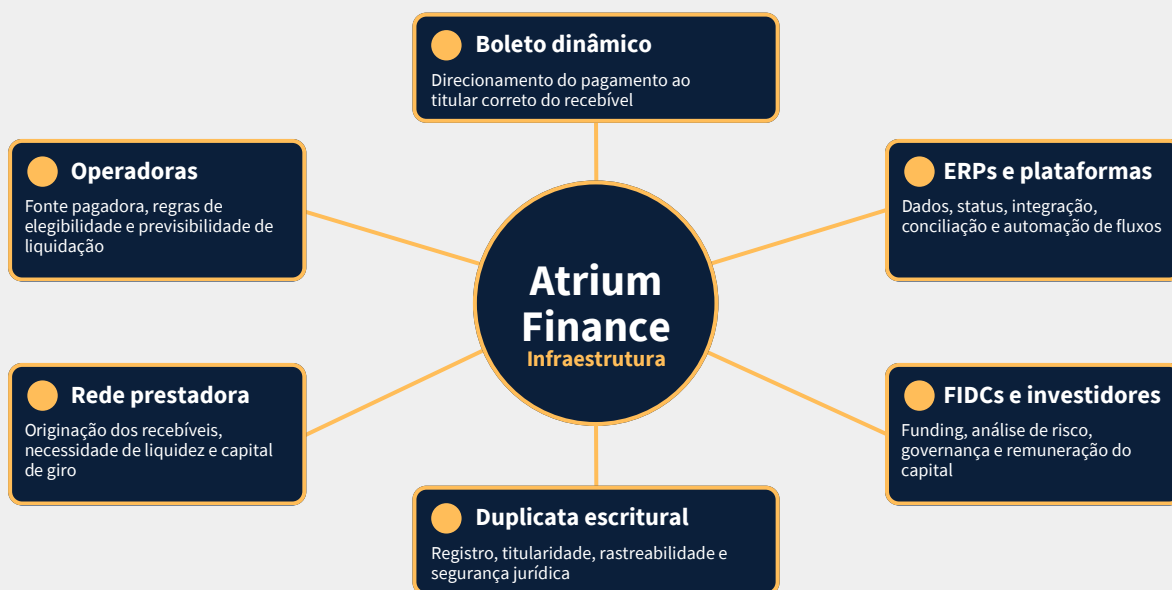


TESE DO MATERIAL

O Atrium Finance representa a aplicação prática da tese da infraestrutura financeira da saúde suplementar: organizar recebíveis assistenciais para que liquidez, dados, risco e pagamento circulem com mais eficiência, segurança e governança.

O papel do Atrium Finance no ecossistema

Uma camada de infraestrutura que organiza dados, lastro, crédito, liquidação e monitoramento entre os agentes da saúde suplementar.



2. O problema que o Atrium Finance procura resolver

O modelo tradicional de relacionamento financeiro na saúde suplementar ainda carrega fricções relevantes. A rede prestadora realiza o serviço, submete a conta, aguarda conferência, convive com glosas, emite documentos fiscais, financia folha, insumos e estrutura operacional e só depois recebe o valor devido.

Do lado da operadora, o desafio não é trivial. A instituição precisa preservar sua previsibilidade de caixa, cumprir contratos, gerir auditorias, controlar pagamentos, manter bom relacionamento com a rede e, ao mesmo tempo, evitar assumir riscos financeiros que não pertencem ao seu papel principal.

O mercado de capitais, por sua vez, tem apetite por ativos com lastro, recorrência e governança, mas precisa de dados confiáveis, documentação organizada, monitoramento adequado e estrutura jurídica robusta.

O Atrium Finance atua exatamente nessa interseção: transformar um fluxo financeiro historicamente fragmentado em uma arquitetura mais organizada, na qual cada agente mantém seu papel, mas passa a operar com mais informação e previsibilidade.

Fluxo operacional aplicado

Do evento assistencial ao pagamento final, a infraestrutura precisa reduzir fricção sem deslocar indevidamente papéis e responsabilidades



A proposta não é substituir a relação contratual entre operadora e prestador, mas organizar a camada financeira que nasce dessa relação

3. Por que a notícia sobre duplicata escritural é estratégica para esta tese

A duplicata escritural é uma peça relevante da nova infraestrutura de crédito brasileira. Ao migrar o título para um ambiente eletrônico, padronizado e rastreável, o mercado reduz assimetrias de informação, mitiga riscos de dupla cessão e melhora a capacidade de verificação de titularidade.

Esse ponto conversa diretamente com a saúde suplementar. Muitas operações do setor ainda dependem de contratos, notas fiscais, relatórios de produção, contas médicas, validações operacionais e instruções de pagamento que nem sempre estão integrados em uma única camada confiável.

A autorização de escrituradoras, a produção assistida e a implementação gradual da obrigatoriedade criam um período importante de preparação. Empresas, financiadores, fundos e plataformas podem se antecipar, ajustar sistemas e desenhar rotinas de operação antes que a nova infraestrutura se torne plenamente obrigatória.

Para o Atrium Finance, a duplicata escritural não deve ser vista apenas como obrigação regulatória futura. Ela é um componente de escala. Quanto maior a qualidade do registro, da titularidade e da liquidação, maior a capacidade de o mercado de capitais financiar recebíveis assistenciais de forma recorrente e competitiva.



IMPLICAÇÃO ESTRATÉGICA

A saúde suplementar deve tratar a duplicata escritural como uma oportunidade de infraestrutura, não apenas como mais uma obrigação documental. Quem se preparar antes tende a ganhar vantagem operacional, informacional e financeira.

4. A arquitetura institucional necessária

Uma infraestrutura financeira aplicada à saúde não nasce apenas de um produto de crédito. Ela depende de camadas integradas de governança, cadastro, análise, lastro, formalização, conta vinculada, cobrança e monitoramento.

Na prática, isso exige que cada operação seja analisada sob múltiplas dimensões: qualidade do cedente, qualidade da fonte pagadora, estabilidade contratual, histórico de faturamento, prazo de recebimento, concentração, documentação, regras de elegibilidade, eventos de vencimento, governança de pagamento e capacidade de conciliação.

O papel da gestora é transformar essas dimensões em política operacional. O papel da tecnologia é tornar a execução escalável. O papel dos investidores é prover capital. O papel da operadora é colaborar com dados, previsibilidade e regras claras, sem necessariamente assumir risco de crédito ou financiar diretamente sua rede.

Arquitetura institucional do Atrium Finance

A tese se transforma em execução por meio de camadas claras de governança, risco, tecnologia e monitoramento.

1. Convênio e originação	Parceria institucional, elegibilidade da rede, política comercial e regras de adesão
2. Cadastro, KYC e análise	Documentação, poderes, PLD, reputação, capacidade financeira e validação operacional
3. Lastro e dados	Contratos, notas fiscais, duplicatas, status de pagamento, conciliação e trilhas de auditoria
4. Crédito e estruturação	Limites, taxas, subordinação, garantias, concentração, prazos e política de risco
5. Formalização e registro	Cessão, notificação, conta vinculada, integração com escrituradoras e documentos da operação
6. Cobrança e monitoramento	Vencimentos, inadimplência, comunicação automática, indicadores e relatórios para o fundo

5. O que muda para cada agente

Para as operadoras, o Atrium Finance pode funcionar como uma ferramenta institucional de relacionamento com a rede prestadora. A operadora não precisa antecipar recursos próprios nem se transformar em financiadora. Ela pode contribuir para que o fluxo de pagamentos seja mais previsível, organizado e elegível a soluções estruturadas de liquidez.

Para os prestadores, o valor está na transformação do recebível assistencial em alternativa de capital de giro. Em vez de depender apenas de linhas bancárias genéricas ou soluções emergenciais, o prestador pode acessar liquidez vinculada a recebíveis elegíveis e melhor documentados.

Para os investidores e FIDCs, a proposta é criar uma carteira com lastro, dados, monitoramento e governança. A saúde suplementar oferece recorrência e relevância econômica, mas exige rigor na análise de contratos, fonte pagadora, prazos, glosas, inadimplência e concentração.

Para a XVI Capital e o Atrium Finance, o desafio é coordenar a execução: estruturar operações, monitorar riscos, integrar parceiros, preservar o regulamento do fundo e transformar dados operacionais em decisões de crédito.

Mapa de valor por agente

A infraestrutura só cria valor quando preserva incentivos e melhora a experiência de todos os participantes.



6. Governança: condição para escala

A qualidade da infraestrutura será medida pela capacidade de controlar risco. Em operações com recebíveis da saúde, o crescimento da carteira não pode ocorrer em detrimento do lastro, da rastreabilidade, da elegibilidade ou da segurança jurídica.

Por isso, a implantação deve observar critérios claros: documentos mínimos, política de crédito, limites de concentração, confirmação da fonte pagadora, conta vinculada, regras de cobrança, régua de comunicação, eventos de alerta, indicadores de inadimplência e relatórios periódicos.

Esse rigor também protege a tese comercial. Quanto mais organizado for o processo, mais fácil será demonstrar valor para operadoras, prestadores, administradores fiduciários, escrituradores, plataformas e investidores.

Risco controlado: o que precisa estar certo

A escala deve vir acompanhada de governança. Sem isso, a infraestrutura apenas acelera fragilidades existentes



7. Como implementar sem gerar ruptura operacional

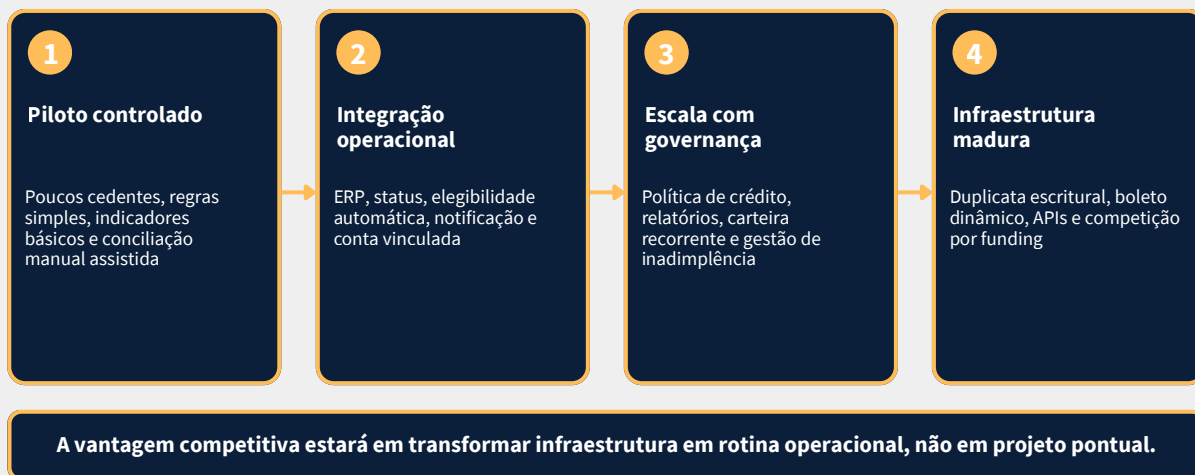
A implantação não deve começar pela tentativa de transformar toda a relação financeira da operadora. O caminho mais prudente é iniciar com pilotos controlados, poucos cedentes, contratos selecionados e regras simples de elegibilidade.

A partir desse aprendizado, a instituição pode evoluir para integrações mais robustas com ERPs, automação de status, melhoria de conciliação, integração com registradoras e adoção de mecanismos que acompanhem a evolução do mercado, como a duplicata escritural e o boleto dinâmico.

A escala deve ser construída por etapas. Primeiro, governança. Depois, recorrência. Em seguida, integração. Por fim, competição por funding e sofisticação da infraestrutura.

Roadmap de implementação

Do piloto à escala, a agenda deve preservar controle, aprendizado e evolução operacional



8. Conclusão: a infraestrutura como produto estratégico

A primeira temporada da série XVI Insights parte de uma constatação simples: a saúde suplementar brasileira precisa discutir sua infraestrutura financeira com a mesma seriedade com que discute tecnologia, regulação, rede e qualidade assistencial.

O Atrium Finance é a aplicação prática dessa visão. Ele não é apenas uma estrutura de antecipação de recebíveis, nem apenas um veículo de crédito. Sua proposta é operar como uma camada de infraestrutura financeira: conectar prestadores, fontes pagadoras, dados, recebíveis, FIDCs, tecnologia e governança.

A notícia recente sobre a duplicata escritural reforça que o mercado brasileiro está entrando em nova fase. A lógica de recebíveis mais rastreáveis, ativos mais bem documentados e liquidação mais inteligente tende a favorecer quem estiver preparado.

Nesse novo ambiente, a vantagem competitiva não estará apenas em oferecer capital. Estará em organizar o fluxo, controlar o risco, integrar os sistemas, preservar a relação institucional e entregar liquidez com governança.

É esse o espaço que a XVI Capital pretende ocupar com o Atrium Finance.



MENSAGEM FINAL

Conectar o mercado de capitais à assistência em saúde exige mais do que capital. Exige infraestrutura, governança, tecnologia e compreensão profunda da dinâmica setorial.

Cinco perguntas para a próxima reunião de Diretoria

1. Quais recebíveis da nossa rede prestadora poderiam ser organizados em um programa institucional de liquidez?
2. Nossos sistemas conseguem fornecer dados suficientes sobre status, vencimento, pagamento e conciliação?
3. Existe clareza sobre como a duplicata escritural e o boleto dinâmico podem afetar nossos fluxos de contas a pagar?
4. A instituição deseja liderar esse movimento com sua rede ou esperar que prestadores e financiadores o façam de forma fragmentada?
5. Quais parceiros seriam necessários para implementar um piloto com segurança jurídica, operacional e financeira?

Notas, fontes e referências

Esta publicação tem finalidade institucional e estratégica. Não constitui oferta pública de valores mobiliários, recomendação de investimento, consultoria jurídica, regulatória, contábil ou tributária. A estruturação de operações deve observar o regulamento do fundo aplicável, a Resolução CVM 175, as políticas internas da gestora e a documentação específica de cada operação.

- Banco Central do Brasil. BC lança ecossistema de duplicatas escriturais. Nota oficial, 30/06/2026.
- B3. B3 recebe autorização do Banco Central para atuar como escrituradora de duplicatas escriturais. 25/06/2026.
- B3. B3 está pronta para atuar como escrituradora de duplicatas escriturais. 01/07/2026.
- G1 Economia. BC lança sistema que pode baratear juros em mercado trilionário de antecipação de vendas a prazo para empresas. 17/07/2026.
- Lei nº 13.775, de 20 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a emissão de duplicata sob a forma escritural.
- Resolução CVM nº 175 e Anexo Normativo II, aplicáveis aos fundos de investimento e aos FIDCs, conforme enquadramento de cada estrutura.